

Espanha e seus museus pela construção do conhecimento antropológico

Spain and its museums for the construction of the anthropological knowledge

Renata Montechiare

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A concepção e o desenvolvimento da antropologia em museus na Espanha encontram particularidades pouco compartilhadas com seus pares europeus. Este trabalho pretende analisar o pioneirismo dos estudos antropológicos efetivados no país com a colaboração de museus no século XIX como um *locus* privilegiado de análise e compreender seu parco desdobramento a partir da primeira metade do século XX, diante da conjuntura político-social que enfrentou. Por meio de etnografia e revisão bibliográfica, o artigo busca conhecer as dimensões que a disciplina alcançou em Madri e em Barcelona no período e compreender a suposição local de que seus museus antropológicos “não deram certo”. A pesquisa culmina na análise sobre as condições políticas e sociais às quais esteve o país submetido nos períodos da consolidação da disciplina e de seus museus.

Palavras-chave: Antropologia espanhola, Museu de antropologia, Museu de etnologia, Espanha.

Recebido em 04 de março de 2023.
Avaliador A: 01 de maio de 2023.
Avaliador B: 05 de setembro de 2023.
Aceito em 22 de novembro de 2023.



ABSTRACT

Anthropology in Spain was created and developed in a specific context, distinct from other European countries. This paper intends to analyze the innovation of anthropological studies in collaboration with museums in Spain in the 19th century and understand why it couldn't continue its development during the first half of the 20th century, considering the social and political context. The research attempts to comprehend the ways in which the discipline could advance; based on fieldwork and the review of historic literature, the research aims to understand the local assumption that Spain's anthropological museums have "failed". The research culminates in an analysis of the political and social conditions to which the country was subjected during the periods of consolidation of the discipline and its museums.

Keywords: Spanish anthropology, Museum of anthropology, Museum of ethnology, Spain.

APRESENTAÇÃO

A antropologia e os museus trilharam caminhos de aproximações e distanciamentos desde o século XIX até os dias de hoje. Como uma das instituições mais contínuas, os museus reuniram coleções antropológicas, compondo dos gabinetes de curiosidades às vitrines de “artes primeiras”¹. Tornaram-se espaços de estruturação da disciplina na Europa e funcionaram como laboratórios onde antropólogos exerciam suas práticas de pesquisa e testavam hipóteses de trabalho (Bennett, 1995; Gonçalves, 2007). Assim, na constituição da antropologia no século XIX, o museu teve papel central para a reunião, a análise e a exibição de coleções supostamente capazes de representar materialmente as formas de vida dos povos que as produziram.

As transformações nos museus de antropologia relacionam-se de múltiplas formas às mudanças da própria disciplina. Passadas as primeiras décadas do século XX, quando vinham há cerca de meio século funcionando como lugares de análise da cultura material produzida por povos “exóticos”, seu momento de exaltação foi aos poucos esmaecendo. Os países onde a etnografia se legitimara como método após a década de 1930 passaram por um resfriamento das relações entre os pesquisadores e os museus. Isso aconteceu em função do que sugeria o material trazido das pesquisas de campo pelos antropólogos. A exemplo de Franz Boas,

¹ Denominação empregada às coleções antropológicas do *Musée du quai Branly*, em Paris, inaugurado em 2006.

eles concentravam-se em observações e registros dos relatos “nativos” em seus pormenores. Pretendiam contemplar apontamentos que mostrassem o modo de pensar dos pesquisados (Stocking, 2004), enfatizando das práticas cotidianas aos mitos. Os objetos isolados da observação participante já não pareciam suficientes para explicar a cultura, e o interesse das pesquisas ganhou novo foco. A transformação das relações com os museus, tornados objetos de estudo, ocorreria na sequência da descolonização africana e asiática nos anos 1960 e 1970.

Nesse percurso, em cada país, a antropologia e os museus movimentaram-se de acordo com suas próprias premissas, refletindo escolhas, aspectos culturais, políticos e sociais. Na Espanha não foi diferente.

Realizei pesquisa de campo com museus antropológicos espanhóis entre 2010 e 2016. Ao dialogar com meus pares no Brasil, a investigação gerou um questionamento recorrente: mas existe antropologia na Espanha? Uma sombra de desconfiança e incerteza parecia atravessar os debates sobre histórias da antropologia no mundo, colecionamento e museus científicos, afinal poucos são os antropólogos espanhóis conhecidos por aqui.

Se havia dúvida sobre sua existência contemporânea, o pioneirismo da fundação do *Museo Nacional de Antropología de Madrid* (MNA), em 1875, confirmaria a concomitância do debate antropológico na Espanha no período, assim como ocorria em seus vizinhos europeus. De fato, a segunda metade do século XIX teve Pedro González de Velasco, médico craniologista fundador do museu, impulsionando pesquisas no país em diálogo com cientistas de outras partes da Europa². Nesses primórdios, a disciplina desenvolveu-se essencialmente em espaços externos à universidade.

A pesquisa apontou para o fato de que a hesitação quanto ao rendimento da disciplina na Espanha não é exclusiva do pensamento brasileiro sobre os espanhóis. Estes, contemporaneamente, também demonstravam comedimento e até certo lamento quanto aos caminhos da institucionalização de seus principais museus antropológicos e etnológicos.

Sánchez (1990) observa o pouco interesse dos pesquisadores da história da antropologia espanhola pelas primeiras décadas do século XX, enquanto foram crescentes os trabalhos sobre o início de seu desenvolvimento na segunda metade do século XIX, período no qual o referido museu foi concebido. Assim, o ciclo que se inicia após o fim da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), chamada de “antropologia da etapa franquista”, de acordo com o autor, foi rechaçado pelos pesquisadores dos campos da antropologia e do folclore no país. Pouco se produziu e

² São conhecidas as memórias de Velasco acerca de suas relações científicas, tanto na aquisição de objetos para o que hoje o MNA convencionou delimitar como as coleções que originaram o museu quanto nas polêmicas trocas de restos mortais com Paul Broca em Paris. Ver Giménez Roldán (2012), Schiller (1979).

difundi para fora da Espanha a respeito do período franquista (1939-1976), que coincidiu com a expansão da disciplina dentro e fora da Europa (Ribeiro, 2006). Ainda de acordo com Sánchez (1990), a recusa à pesquisa sobre a antropologia dessa etapa se deu “*por considerarla (con gran parte de razón) tanto aniquiladora de los caracteres culturales propios de sus respectivas autonomías como estéril en lo referente al desarrollo de estudios antropológicos válidos*” (Sánchez, 1990, p. 61).

Com a redemocratização do país depois de 1975, o renascer da atividade intelectual propriamente antropológica coincide com a “hora do entusiasmo”: o conjunto de museus revitalizados e inaugurados no país, conforme analisado por Maria Bolaños (2005).

No presente trabalho, as análises partem das observações de campo produzidas e da revisão bibliográfica sobre o tema dos museus antropológicos e etnológicos, especificamente os da Espanha. Dialogam conceitualmente com os trabalhos relativos a museus, patrimônio cultural e memória, conforme estudados por José Reginaldo Santos Gonçalves (2007), e ainda com os resultados de pesquisa entre antropólogos na Espanha, apontados por Christina Rubim (2018) sobre o desenvolvimento da disciplina no país, especialmente fora da academia.

Mais especificamente, a concepção e o desenvolvimento da antropologia na Espanha são aqui apresentados por meio de dois de seus museus antropológicos³. Localizados nas duas principais cidades do país, o *Museo Nacional de Antropología de Madrid*, criado em 1875, encampa a forte ascensão das teorias evolucionistas, enquanto o *Museo Etnológico de Barcelona*, criado no fim dos anos 1940, em meio à ditadura franquista, dialoga sobre folclore e identidade nacional. Estado, política e ciência caminham lado a lado em etapas de cooperação e de disputas. Seus períodos de constituição são aqui destacados como um meio para conhecermos parte do contexto da antropologia no país e da própria sociedade em cada época. Este trabalho percorre uma hipótese local recorrente sobre o suposto fracasso dos museus dedicados à disciplina antropológica na Espanha que, como veremos, aponta conexões com o colonialismo e o colecionismo extra europeu.

³ Ver mapa de localização dos museus na Espanha, com o resumo das informações sobre suas coleções e exposições de longa duração. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/YexiqksikEPbj8tc7>. Acesso em: 25 set. 2023.

ANTROPOLOGIA INTERNA E EXTERNA

Entre 2010 e 2011, bem como entre 2015 e 2016, estive em campo em Madri e Barcelona pesquisando museus antropológicos para a tese de doutorado⁴. Na primeira etapa, estive vinculada como bolsista ao *Departamento de Difusión* do *Museo Nacional de Antropología de Madrid* por meio de uma bolsa concedida pelo Ministério da Cultura da Espanha⁵. Nessa temporada, cumpria jornada diária no museu, investigando a coleção de objetos da América que compõem uma das salas de exposição de longa duração. Também apoiava as atividades dos programas de recepção de públicos, especialmente escolares.

Na segunda etapa, já como bolsista de doutorado sanduíche pela Capes, estendi as atividades de pesquisa a Barcelona e dois de seus museus. Dessa vez vinculada à *Universitat de Barcelona*⁶, acompanhei a reabertura do *Museo Etnológico*, fechado para reformulação havia quatro anos, e os primeiros meses de atividade do recém-inaugurado *Museo de las Culturas del Mundo*, com toda a controvérsia que envolveu antropólogos e historiadores da arte sobre sua concepção (Montechiare, 2019).

Com o intuito de investigar a apropriação e o desenvolvimento local da antropologia no mundo ibérico no período de sua concepção e consolidação, os museus parecem bons espaços de observação: seja porque suas coleções funcionaram como fonte para pesquisas etnográficas ou mesmo como a extensão do próprio campo (Gonçalves, 2007); seja porque as categorias locais a que estão submetidos oferecem pistas importantes sobre o modo como a disciplina operou entre antropólogos e profissionais de museus de antropologia.

Ao investigar contemporaneamente os museus antropológicos e etnológicos na Espanha, observa-se uma diferenciação central e preliminar – museus “de culturas” são diferentes de museus “etnológicos”. Por “de culturas” entendem-se popularmente os clássicos museus antropológicos, com suas coleções que remontam aos gabinetes de curiosidades até as expedições às colônias europeias e exposições universais dos séculos XIX e XX. Já os “etnológicos” seriam aqueles dedicados à cultura material interna ao próprio país, ao modo de

4 “Museus em transformação: antropologia e descolonização nos museus de Madrid e Barcelona”, tese de doutorado, sob a orientação do Prof. José Reginaldo Gonçalves, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5 *Becas Endesa de Patrimônio Cultural*, concedida pelo *Ministerio de Cultura de España*, *Fundación Endesa* e *Fundación Duques de Soria*.

6 Sob a supervisão do Prof. Xavier Roigé, no Departamento de Antropologia Social.

vida espanhol. Os representantes tipológicos no recorte apresentado neste trabalho seriam o *Museo Nacional de Antropología de Madrid*, por um lado, e o *Museo Etnológico de Barcelona*, por outro⁷.

Essa distinção traduz socialmente a forma como os intelectuais por lá, especialmente antropólogos, museólogos e historiadores da arte, entendem as fronteiras entre as coleções. Há, portanto, uma profunda distância entre os estudos dedicados às instituições e coleções de objetos dos “outros” e os estudos dedicados àquelas do “nós”, habitantes do território nacional. O notável esforço de elaboração de um dicionário da antropologia espanhola, levado a cabo por Carmen Ortiz García e Luis Ángel Sánchez Gomez, expõe esse critério de classificação da produção sobre o próprio país e a produção sobre populações externas (Ortiz García; Sánchez Gómez, 1994). Essa distinção dá limites conceituais estritos, tendo sido necessária a explicação sistemática aos meus interlocutores na Espanha de que a pesquisa que eu realizava dedicava-se a “comparar” museus incomparáveis. Do ponto de vista dos antropólogos espanhóis com os quais dialoguei em campo, as tradições que envolvem essas duas correntes são tão singulares que era desafiador pensá-las reunidas.

Porém, tendo estudado também museus na Catalunha, não é possível fazer a afirmação sobre etnologia sem ressalvas. Por lá, o “nós” diz respeito ao que é interno à região e não está circunscrito ao “ser espanhol”, um tipo de “outro”. A distinção identitária, tão fervorosa contemporaneamente nos processos de autonomia da Catalunha diante da Espanha, aparece refletida nas classificações dos museus e suas coleções.

A distinção entre museu “etnológico” e “de culturas” aponta a dedicação ao conhecimento da cultura material interna do país, no primeiro caso – em que exposições propõem, entre outras tantas interpretações, a passagem do mundo rural ao urbano –, e, no segundo, aos objetos de outras partes do mundo – com a exibição de coleções formadas no contexto colonial, tendo ou não a Espanha como metrópole principal. É sabido que essas outras partes do mundo incluem África, América, Ásia e Oceania e excluem a Europa. Isso significa que não se exibem, em geral, objetos dos países vizinhos, apesar de haver exemplares europeus nas coleções estudadas⁸. Trata-se de um legado localizado num espaço/tempo específico dos museus de antropologia e história natural do século XIX e que de certa forma perpetuou-se.

Os museus “de culturas” vinham de uma tradição da Europa que os vinculava às feiras e

7 Outros dois importantes museus aos quais essas categorias são atribuídas são o *Museo de América*, em Madri, e o *Museo de las Culturas del Mundo*, em Barcelona.

8 O *Museo Nacional de Antropología de Madrid* possui coleções europeias em sua reserva técnica, em especial objetos da Alemanha, da Finlândia e da Espanha.

às exposições universais, formando coleções chamadas “extraeuropeias”. A *Exposición General de las Islas Filipinas*, em 1887, tem grande importância na história da antropologia espanhola e na formação da enorme quantidade de antropólogos filipinistas no país até os dias de hoje. Nessa ocasião, objetos e seres-humanos das Filipinas foram exibidos na capital espanhola, o que possibilitou aos museus formar e receber coleções originadas no evento (Romero de Tejada, 2007; 2012). Os anos de preparação da exposição no Parque del Retiro indicam o tamanho da empreitada. Para a exibição das embarcações filipinas levadas à Espanha foram construídos um lago e um dos edifícios mais emblemáticos da cidade – o Palácio de Cristal (MNA, 2017).

O caráter enciclopédico de museus como esses (Bennett, 1995) promovia a reunião de objetos variados, de ossadas humanas a esculturas africanas em madeira, de artefatos minerais a plumárias ameríndias. Se no entendimento local um museu “de culturas” aborda temáticas externas à Europa, seu maior representante na Espanha seria o MNA.

Figura 1. MNA



Fonte: Acervo pessoal (2015).

Na outra margem, as coleções de “etnologia” contemporaneamente apresentadas no principal expoente desse tipo de museu na Espanha concentram-se na acumulação de objetos dedicados a transmitir a transição à sociedade contemporânea. O MEB, inaugurado em 1949 na

montanha de Montjüic, foi reaberto em 2015 depois de anos fechado para obras, imerso numa controvérsia que envolveu a criação de outro museu, este “de culturas”: o *Museo de las Culturas del Mundo* de Barcelona (Montechiare, 2019). O *Museu Etnològic* detém coleções que tratam da cultura catalã e de seus modos de vida, acionando memórias. Apresenta ainda diversos objetos de cultura popular e das festas tradicionais que permanecem vivas na região. Integra e lidera uma importante e articulada rede de museus etnològics, a *Xarxa de Museus d’Etnologia de Catalunya*, composta por doze museus públicos com coleções etnològicas locais⁹.

Nesse tipo de museus, os objetos são dispostos sequencialmente, como se fossem capazes de explicar ao público visitante duas temporalidades distintas: na história que se conta por meio do museu sobre a primeira metade do século XX, o mundo rural é representado pelas ferramentas de trabalho masculino nas plantações de uva, trigo, oliva; e nos utensílios de uso domésticos femininos, como o tear e os utensílios culinários de cerâmica. Já o mundo urbano aparece representado por objetos que apontam para a industrialização, os registros das funções do Estado durante a Guerra Civil ou os instrumentos de estamperia nas fábricas de tecelagem.

Figura 2. MEB



Fonte: Acervo pessoal (2015).

A dimensão de tempo acionada nas exposições, acompanhando Fabian (2013), produz a abstração que correlaciona um tempo secular e naturalizado, mas também espacializado. Como

⁹ Os museus que integram a rede estão listados no link <https://cultura.gencat.cat/ca/detall/Articles/Xarxa-de-Museus-dEtnologia-de-Catalunya>. Acesso em: 03 mar. 2023

numa tabulação entre acontecimentos e períodos, os objetos tornam-se provas do modo de vida de determinado grupo social num tempo específico, estabilizando concepções e entendimentos sobre a natureza das relações sociais ali presentes.

Jose Reginaldo Santos Gonçalves analisa o pressuposto epistemológico da visualidade produzida por objetos em exibição, como se fossem dotados de capacidades intrínsecas de comunicação com aqueles que o apreciam. Compreendendo que se trata de uma elaboração, ou seja, que não há nada de natural em esperar que o espectador “leia” objetos como se fossem um texto, Gonçalves (2007, p. 53) dialoga com Nélia Dias (1994) sobre o modo “tipológico” de exibição. Escolha metodológica amplamente utilizada por museus europeus no século XIX, o arranjo organiza a visualidade da exibição partindo dos objetos mais simples aos mais complexos, produzindo um conceito linear de evolução (Gonçalves, 2007). Ainda que meus interlocutores em Barcelona reivindicassem um lugar para explicar a cultura da região, há debates internos sobre a validade dessa formulação naqueles museus, no sentido da capacidade de transmitir o passado dos espanhóis às gerações atuais (Mingote, 2009).

Santamarina *et al.* (2008) comparam as legislações patrimoniais regionais na Espanha e comentam o modo como as denominações “etnológico” e “etnográfico” são usadas indiscriminadamente ou com escassa definição. No entanto tomam como pressuposto a noção ampla de que os termos articulam as diferentes manifestações e formas de vida tradicionais – ainda que uma etnografia não tenha sido efetivamente produzida na ocasião da coleta dos objetos ou depois. No caso do MEB, mesmo que as coleções adquiridas em viagens sejam apresentadas como frutos do “trabalho de campo”, não são acionadas como “etnográficas” pelo conjunto de profissionais do museu, como se a característica demandasse dedicação de tempo e pesquisa incompatíveis com o que foi realizado durante as expedições (Montechiare, 2017).

Em outra via de análise, Maria de Lluç Serra (2010) comenta através de um artigo de J. M. Rueda (2007) a influência dos museus parisienses na forma como se concebeu a separação entre as coleções de antropologia na Espanha: o *Musée National des Arts et Traditions Populaires*, por um lado, com suas coleções dedicadas a observar a cultura “interna” do país; e o *Musée de l’Homme*, por outro, interessado no que é “externo” às fronteiras continentais.

No estudo aqui apresentado, o MEB desponta como o principal representante de uma forma de museu dedicada a exibir coleções capazes de apresentar ao público a história de sua população pela perspectiva “etnológica”. Do ponto de vista institucional, linguagens, metodologias e conceitos variaram ao longo do tempo desde sua criação em 1949, como veremos na sequência, sem, contudo, perder de vista sua missão de diálogo para dentro do próprio país.

UMA ANTROPOLOGIA INSTITUCIONALIZADA EM MUSEUS

A antropologia do momento de sua constituição na Espanha, no século XIX, teve nos museus e sociedades de estudos espaços de debates e experimentações. Nos países hegemônicos, sua institucionalização atravessou relações coloniais que permitiram a aquisição de coleções de cultura material e o deslocamento de antropólogos metropolitanos por longos períodos às colônias para pesquisa de campo.

A relação entre antropologia e museus estabeleceu-se de modo contínuo na segunda metade do século XIX. O desenvolvimento da disciplina, especialmente no sentido associativo entre pesquisadores e seus objetos de estudos, ocorreu por meio do vínculo com os museus. Assim como em outras tradições, na Espanha os estudos em antropologia física e biológica foram pioneiros no estabelecimento de revistas, sociedades e cátedras que, posteriormente, dariam origem à formação universitária. Tratar dos primórdios da disciplina passa por conhecer os museus que a abrigaram, seus diretores, expedicionistas, colecionadores, colaboradores e *marchands* que abriram caminho para os estudos de cultura material que logo levariam antropólogos a campo para observar relatos e objetos em ação.

Pilar Romero de Tejada¹⁰ (1977) marca quatro grandes momentos na história do MNA no que se refere à disciplina antropológica e ao contexto de sua institucionalização no país. O primeiro se estenderia de 1875 a 1882, período em que se denominava *Museo Antropológico* e compreende a data de sua criação e o falecimento de seu fundador, Dr. Velasco.

Pedro González de Velasco, segoviano de origem humilde, tornou-se um importante cirurgião e craniologista da época, empreendendo toda a fortuna que conquistou na construção de um “*templo a la ciencia*” em 1875 (Giménez Roldán, 2012; Romero de Tejada, 1992; Sánchez Gómez, 2014). Uma década antes da criação do museu, no entanto, Velasco fundou a *Sociedad de Antropología*, reunindo médicos, filósofos, juristas e naturalistas em torno dos estudos de etnologia, geologia, história e especialmente de antropologia física (Romero de Tejada, 1977).

Sua dedicação à anatomia o impulsionou a criar um centro de estudos. Ali recebia seus alunos para aulas práticas, editava a revista *Anfiteatro Anatómico Español* (1873-1880), confeccionava e expunha moldes de resina de partes do corpo humano e também as vendia aos laboratórios e universidades na Espanha (Giménez Roldán, 2012). Descrito como um gabinete

10 A autora era diretora do MNA no período de fruição de minha primeira bolsa de estudos na Espanha (2010-2011). Tive a oportunidade de entrevistá-la para a tese de doutorado em 2015, quando já havia deixado a direção do museu.

de curiosidades, o museu que criou em 1875 exibia exemplares dos reinos animal, vegetal e mineral, além de objetos dos mais diversos, organizados nas estantes de madeira e vidro características de museus do período¹¹.

A segunda etapa se estende de 1883 a 1938, quando o museu passa às mãos do Estado e posteriormente ganha uma *Sección de Antropología y Etnografía* através de um Real Decreto em 1910, criada pelo então *Museo de Historia Natural*, que continha a coleção do gabinete de curiosidades do rei Carlos III (Romero de Tejada, 1977). Nessa segunda fase, denominava-se *Museo de Antropología, Prehistoria y Etnografía* e adquiriu objetos originários das expedições ao Pacífico e à Guiné Equatorial na segunda metade do século XIX, além de parte das aquisições efetuadas durante a *Exposición General de las Islas Filipinas* de 1887.

A Cátedra de Antropologia da *Facultad de Ciencias* da *Universidad Central de Madrid* foi criada em 1892, e muitas de suas disciplinas foram ministradas no MNA a partir de 1910. A estreita relação entre academia e o museu produziu a tradição de ter o professor titular da cátedra como diretor do MNA, sequência interrompida nos anos 1950, já sob o regime do general Francisco Franco. Esse parece ter sido um período de ativa participação de importantes cientistas da época, quando foi, inclusive, fundada a *Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria* em 1921, com interlocução com outras disciplinas como Direito, sociologia, pedagogia, criminologia e medicina.

Entre 1936 e 1939, a Espanha vive os anos da Guerra Civil, e a paralisia das instituições científicas seria rompida em parte com a instauração do novo regime. Pouco a pouco os laços institucionais presentes entre intelectuais que orbitavam o MNA foram substituídos. A terceira etapa, portanto, tem início com o fim da Guerra Civil em 1939 e com a reforma estrutural necessária à reparação dos estragos produzidos pelos bombardeios para a reinauguração do museu em 1945.

Pilar Romero de Tejada (1977) cita as diretrizes do novo museu antropológico que se estruturava a partir do mesmo edifício e das mesmas coleções, embora rebatizado, conforme apontam as *Notas para la creación del Museo Etnológico Nacional*¹² (novo nome que o MNA passou a adotar):

Hay que quitar al Museo Antropológico, al reorganizarlo como Museo Etnológico Nacional, el aspecto de centro muerto y de final de siglo, apartado por completo de la

¹¹ Atualmente, o MNA dedica uma de suas salas a cenografar esse período, exibindo parte dos objetos que compõem as coleções originais do museu.

¹² No referido artigo, Pilar Romero de Tejada comenta que a nota não tem assinatura nem data, no entanto refere-se à Ordem Ministerial de 1940, que altera o nome do museu e suas diretrizes.

vida actual y de las directrices nacionales, en el sentido de que la finalidad del Museo debe ser: fomentar el orgullo de ser español por el conocimiento y divulgación de nuestro Imperio, estimular el espíritu aventurero y del afán de viajar de nuestra juventud y lograr el reconocimiento de muchos países – especialmente de los americanos – de que gracias a los navegantes, conquistadores, colonizadores y misioneros españoles han sido incorporados al mundo civilizado.

El fondo actual del Museo Antropológico está constituido por colecciones de tres clases: antropológicas, etnográficas y prehistóricas. De las primeras debe hacerse una instalación discreta, solamente en parte pública. Debe darse principal importancia a las instalaciones etnográficas de nuestras colonias antiguas y actuales [...] (Romero de Tejada, 1977, p. 296).

Por meio das transformações experimentadas pelo MNA nessa fase é possível conhecer os rumos que a disciplina antropológica percorreria na Espanha ao longo do período franquista. No fim da citação, ressalta-se a determinação de manter em discrição as coleções de antropologia do museu, numa referência ao modelo expositivo tipológico evolucionista tradicionalmente utilizado em museus antropológicos da virada do século XIX para o XX. Essa recomendação é analisada por Barañano e Cátedra (2005): não se tratava da superação conceitual do evolucionismo, como seria verificado em outras tradições antropológicas, especialmente na Europa pós-Segunda Guerra Mundial, mas de sua absoluta falta de anuência pelo regime que se instalou no país. O viés criacionista das elites católicas tornou-se a orientação conceitual para os intelectuais à frente das instituições científicas.

Destaca-se também o afã pela exaltação do período colonial por meio das exposições dos objetos no museu. É com esse emblema com que os museus de antropologia europeus e a própria disciplina antropológica passaram a ter que lidar, especialmente a partir da crítica pós-colonial advinda da descolonização da África e da Ásia já na segunda metade do século XX (Montechiare, 2017).

Nessa terceira etapa, outra iniciativa marcaria a história da antropologia na Espanha: a criação do *Instituto Bernardino Sahagún de Antropología y Etnología*, em 1941, cuja sede foi o edifício do MNA pelo menos até 1952. Citado por Pilar Romero de Tejada (1977), o regulamento do instituto orientava o ensino e a pesquisa sobre o homem espanhol “são e normal”, suas variações e relações com países vizinhos. Tinha o objetivo de obter comparações e registros de patologias que subsidiassem iniciativas de “alto valor nacional”, como o “melhoramento da raça”, finalidade vinculada aos valores do regime franquista de exaltação da cultura espanhola, do Império colonial, da unidade nacional e do cristianismo.

A menção ao frei Bernardino de Sahagún merece uma digressão, dada a relevância de seu nome para a história da antropologia espanhola e para a compreensão das pretensões do franquismo a com ele batizar o instituto que dirigiria a antropologia no país por décadas.

O citado instituto remonta à importante figura na história acadêmica e religiosa do país, que é mencionada antecipando em alguns séculos o estabelecimento da antropologia espanhola. O frei Bernardino de Sahagún (1499-1590) trabalhou durante grande parte de sua vida nos territórios dominados pela Espanha no México com a fundação de conventos e o ensino de idiomas. São de sua autoria os 12 volumes do livro *História general de las cosas de la Nueva España y Coloquios y doctrinas cristianas*. Esses trabalhos descrevem aspectos da vida nativa no altiplano central do México a partir de relatos e questionamentos aos indígenas. Ocasionalmente são acionados por espanhóis para classificar seu autor como precursor longínquo da etnologia (Perez de Barradas, 1947), em função da precocidade de seu trabalho de tradução e transculturação na redação dos documentos em nahualtl e castelhano durante as atividades missionárias espanholas no México do século XVI (Benjamin, 2007; Bleichmar, 2012).

Refletindo sobre as visitas familiares no *Museo Nacional de Antropología* do México, Benoît L'Estoile comenta a figura de Bernardino de Sahagún. Ele é narrado pelo museu como exemplo dos cronistas europeus que descreviam as populações nativas das Américas como selvagens e cruéis e difundiam imagens negativas no intuito de legitimar a conquista (L'Estoile, 2007). Batizado com o nome do Frei, o instituto franquista recupera sua memória nos anos 1940, numa conjuntura de valorização dos aspectos nacionalistas da unidade do Estado espanhol e das supostas glórias alcançadas por essa união durante a colonização.

O espectro de relações do instituto não se restringiu a Madri, apoiando projetos em outras regiões da Espanha, como a criação do MEB, em 1949.

A reordenação sofrida pelo MNA nos anos pós-guerra alterou significativamente seus pressupostos, refletindo nas categorias e na forma de expor os objetos a ênfase conceitual da antropologia do período. Em 1947 publica-se um *Guía del Museo Etnológico*¹³, apresentando as coleções da forma como eram distribuídas sob as seguintes classificações: “cultura primitiva”, por um lado, e “culturas superiores de América”, por outro, cujas vitrines organizavam objetos variados da “*Tasmania*”, “*Negritos de Filipinas*”, “*Esquimales*”, “*Los cazadores de cabezas del Amazonas (Jívaros)*” etc.

Romero de Tejada (1977) comenta esse momento de transformações no MNA e o intuito de substituir o modelo de antropologia física e evolucionista adotado até então. Entretanto a opção utilizada para a montagem das exposições foi um tipo de adaptação da proposição de L. Morgan (1877) – citado por Kuper (2008) –, de classificação dos grupos humanos a partir de

13 Ver Perez (1947).

estágios evolutivos de selvageria, barbárie e civilização. Aparentemente, o problema estaria mais atrelado ao que confrontava as explicações criacionistas do que ao que se convencionou denominar evolucionismo cultural propriamente.

A quarta etapa teria início a partir da redemocratização em 1975, em que todo o conjunto da sociedade espanhola testemunhou transformações profundas, sendo os museus e a antropologia parte deste processo. Nessa perspectiva mais ampla, Bolaños (2005) analisa o mundo dos museus espanhóis a partir das três décadas que se seguiram; é o que chama de “entusiasmo” pós 1975: da explosão de atividades culturais e artísticas pelo país à reformulação da lei do *Patrimonio Histórico Español* (1985). Os museus tornam-se espaços depositários de discursos de memória, identidade e alteridade, com a crescente entrada de imigrantes nas cidades espanholas, o que transformaria profundamente os estudos antropológicos no país nas décadas seguintes:

Estas gentes extrañas irrumpen en las ciudades españolas con sus visiones del mundo otras, con sus lenguas y sus costumbres remotas e incomprensibles, quebrando el monopolio europeo en la interpretación de la historia y llamando a abandonar la ejemplaridad del modelo occidental (Bolaños, 2005).

A ANTROPOLOGIA E A CATALUNHA

Em Barcelona, o folclore tornou-se o gancho para a formação de intelectuais ligados à antropologia e a seus museus. A criação do então *Museo Etnológico y Colonial de Barcelona* em 1949¹⁴ teve a contribuição dos folcloristas e etnólogos Joan Amades i Gelats, Ramon Violant i Simorra e August Panyella Gómez, além do impulso do *Instituto Fray Bernardino de Sahagún*. No momento de sua criação, o museu contou com o vínculo institucional do *Instituto Municipal de Ciencias Naturales de Barcelona*, sob o qual esteve alocado junto ao museu de geologia, ao de zoologia e ao instituto de botânica. Naquele período, parecia evidente a associação da etnologia às ciências naturais, conformando o ambiente científico junto às demais instituições de pesquisa da cidade. Posteriormente o museu adotaria a denominação *Museo Etnológico* por décadas até se fundir com outro museu, o *Museo de las Culturas del Mundo*, e mudar de nome novamente em 2017¹⁵.

14 Ano de sua efetiva abertura, enquanto sua fundação oficial seria 1948.

15 Atualmente denomina-se *Museo Etnológico y de Culturas del Mundo* e possui duas sedes.

Os antecedentes da criação desse museu provêm das primeiras décadas do século XX, dentre os projetos impulsionados pelo *Arxiu d'Etnografia i Folklore de Catalunya* (Arquivo de Etnografia e Folclore da Catalunha), em 1915. Ainda que um efetivo museu não tenha sido concretizado nesse período, a organização de intelectuais folcloristas e expedicionistas promoveria um *Inventari Etnogràfic de Catalunya* (Inventário Etnográfico da Catalunha) (Huera, 1995), inspiração para outras iniciativas em projetos e pesquisas nos anos seguintes. Já na década de 1920, novamente a ideia de um museu etnológico seria impulsionada, dessa vez com o propósito já definido de refletir “*el ambiente en que se desenvuelve un pueblo determinado y desarrolla sus modos de vida*” (Huera, 1995, p. 152). Percebe-se que, pouco a pouco, as bases de um museu dessa natureza começam a ser formadas; debates e argumentos têm início em décadas anteriores ao espaço político propício para sua inauguração.

Da mesma forma, a aquisição de coleções por parte do Estado espanhol e de colecionadores privados avançaria por diferentes meios, sem, contudo, supor que posteriormente seriam reunidas no *Museo Etnológico*. Suas coleções iniciais, portanto, tiveram origens variadas¹⁶, embora três fatores sejam marcantes na relação entre o ambiente de pesquisa antropológica e etnológica e a concepção de uma instituição dedicada a esses campos do conhecimento. O primeiro deles são as exposições internacionais realizadas em Barcelona na virada do século XIX para o XX; o segundo, o posicionamento de futuros colaboradores do museu em postos administrativos nas colônias; e o terceiro, a especial contribuição de quatro personagens que saíram a campo em expedições, adquirindo coleções em todos os continentes.

As décadas de 1920 e 1930 em toda a Espanha foram marcadas por um período de intensa movimentação política e bélica em torno da ditadura de Miguel Primo de Rivera, da Segunda República, da Guerra Civil e, em seguida, do regime franquista. Intelectuais posicionados em campos opostos foram afastados, muitos deles deixando o país por curtas ou longas temporadas. Um desses deslocamentos, de Tomàs Carreras i Artau, impactaria na criação do MEB. O fundador do Arquivo, primeiro idealizador do museu do qual se tem registro, regressou a Barcelona após anos de perseguição republicana por suas ideias religiosas e conservadoras. Em seu retorno, retoma a organização do arquivo e da cátedra que dirigia na *Universitat de Barcelona* e assume um destacado posto na direção cultural local. Sob sua influência, o MEB seria criado no fim dos anos 1940 “*seguiendo el gusto del nacional-imperialismo de la época*” (Huera, 1995, p. 154), com o nome de *Museo Etnológico y Colonial*.

16 Parte, aliás, é proveniente do *Museu d'Indústries i Arts Populars*, criado em 1942 com a participação do etnógrafo e folclorista Ramon Violant i Simorra.

Localizado ainda hoje em Montjuïc, dentro de um grande parque de onde se vê Barcelona do alto, o museu enfrentou desde o princípio o dilema sobre o recorte conceitual que encamparia. Em conexão com as concepções locais da disciplina antropológica à época, as opções passavam por tratar “etnologicamente” da Catalunha, de seu entorno, dos vínculos históricos que permeiam o que se convencionou denominar Catalunha e de suas relações externas. Etnológico e colonial, portanto, parecia o nome mais adequado para suas pretensões naquele momento.

Abriu suas portas exibindo coleções originárias da então Guiné Espanhola, das Filipinas, da América e do Japão (Serra, 2010), muitas delas adquiridas nas exposições internacionais de Barcelona (1888 e 1929). Contou com o trabalho dos quatro importantes personagens que compuseram a maior parte das coleções que o MEB ainda detém. O diretor do museu, August Panyella, e sua esposa, Zeferina Amil, impulsionaram a constituição de coleções dentro e fora da Catalunha, contando com a colaboração de Eudald Serra, escultor e antropólogo, e Albert Folch, empresário e mecenas do museu (Fornés *et al.*, 2009). Juntos e separados, a partir dos anos 1950 realizaram expedições, iniciando pelas colônias espanholas da época – Marrocos, Saara Ocidental e Guiné Equatorial – e expandindo sua atuação à Ásia, à Oceania e à América já nos anos 1960 (Fornés *et al.*, 2009; Ortiz, 1995).

Conforme mencionado, encerrada a Guerra Civil em 1939, as instituições dedicadas ao estudo da antropologia na Espanha passaram a ser dirigidas a partir das diretrizes do *Instituto Bernardino de Sahagún*, sediado no MNA. A criação de um museu etnológico em Barcelona no fim dos anos 1940, portanto, não passaria à margem desse processo: a presença do instituto compõe o ambiente político e acadêmico que originou o *Museo Etnológico* (Huera, 1993).

Embora os vínculos históricos reúnam os impulsionadores da antropologia e do folclore na Catalunha ao cenário madrileno de delimitação das iniciativas nessas áreas durante a vigência do *Instituto Bernardino Sahagún*, importantes comentadores destacam as particularidades do trabalho desenvolvido em Barcelona no período, recomendando a análise desde suas próprias referências (Calvo i Calvo, 1991; Sánchez Gómez, 1992). Roigé (2015) detalha essa perspectiva, ao afirmar o aparente paradoxo entre a concepção de museus de caráter regional em “pleno franquismo”, quando a unidade espanhola era tema de grande importância. Entende que o folclore não foi visto pelo regime como uma ameaça à uniformidade da Espanha por sua perspectiva conservadora “erudito-elitista” e pela representação de uma sociedade basicamente rural. O autor reconhece, entretanto, sua relevância para a manutenção dos sentimentos nacionalistas na Catalunha.

O MEB, portanto, é criado e se legitima em meio à ascensão e à consolidação da

ditadura franquista na Espanha, apresentando as especificidades do modo de vida local. No entanto suas coleções, suas escolhas expositivas e seus recortes temáticos se tornariam parte da identificação nacionalista crescente, em especial a partir do século XXI, com as reivindicações independentistas.

Se é comum ao pesquisador em campo na Espanha encontrar ressalvas quanto a pessoas e instituições colaboradoras do franquismo, é curioso o fato dos intelectuais que encamparam a criação do MEB passarem por crivos distintos. Na ocasião de sua reinauguração em 2015, o MEB exibia grandes painéis individuais sobre os personagens aqui citados e outros colaboradores históricos do museu. De fato, surpreende sua criação ter sido apoiada por Madri, trazendo o regionalismo catalão diante do discurso da unidade espanhola tão presente no período. Roigé e Arrieta (2010) entendem que o patrimônio etnológico, fixado num mundo rural-natural, tornou-se uma forma de idealização, de modo a não se contrapor à centralidade de Madri, embora tampouco se dissociasse de um imaginário coletivo espanhol. Olhado desde o contexto contemporâneo sobre o passado, poderia parecer contraditório, entretanto a iniciativa manteve-se próxima às elites rurais e clericais comuns ao país (Rubim, 2018). O diálogo para dentro, “etnológico”, e para fora, “de culturas”, encampava interesses locais e nacionais aparentemente sem perturbar ordem vigente.

Há uma farta literatura disponível sobre os museus de etnologia na Espanha devido aos diversos museus atualmente abertos ao público. A literatura do período pós-redemocratização trata da abertura de uma quantidade significativa de museus “etnológicos” locais, interessados em destacar e consolidar símbolos culturais locais abafados durante o regime do General Francisco Franco, que se estendeu de 1939 a 1975 (Iniesta, 1995).

Não surgiram apenas novos museus etnológicos como todo um conjunto de pesquisadores interessados na cultura popular tradicional local (Roigé, 2007, 2015). Se o desenvolvimento da antropologia, conforme ocorria nos vizinhos europeus, teve pouca margem na Espanha franquista, o longo período até o fim da ditadura nos anos 1970 foi preenchido pelo interesse no folclore local. O “entusiasmo” que se seguiu a essa etapa abriu espaço para a efetiva manifestação pública das festas populares, e, com elas, aos antropólogos dedicados ao tema. Na Catalunha, destaca-se o interesse de pesquisadores e da sociedade, em seu sentido amplo, pela cultura popular, por seus rituais, emblemas, símbolos e tradições.

UMA ANTROPOLOGIA QUE “NÃO DEU CERTO”

Os principais museus dedicados à antropologia e à etnologia espanholas nos ajudam a conhecer as margens às quais a disciplina seguiu, ao menos fora do ambiente estritamente acadêmico. Christina Rubim (2018), por sua parte, discute o outro lado da consolidação institucional da antropologia, estudando o que se passou nas universidades ao longo desse tempo. Afirma a intrínseca relação entre Estado, Igreja e intelectuais na formação não apenas da antropologia, mas principalmente da concepção de nação que esta ajudou a formar.

No caminho que traçamos até aqui, é possível verificar etapas que remontam à criação da disciplina e à formação de suas instituições pioneiras e observar a efervescência que a cultura popular produziu nas pesquisas. No entanto aquele que se dedica contemporaneamente a estudar museus de antropologia espanhóis depara com queixas sobre o insucesso de seus representantes no país. Especialmente dos “de culturas”.

Proferida por antropólogos e museólogos na pesquisa de campo que realizei, a afirmação de que os museus de antropologia na Espanha “não deram certo” foi recorrente. Em geral, vinha acompanhada do argumento a respeito da ausência de colônias ibéricas no período em que os demais países europeus formavam suas coleções, como nos casos da Inglaterra, da França, da Bélgica e da Alemanha. Algo nessa abordagem remetia a certa melancolia, pois os comentários caminhavam para o infortúnio espanhol de ter perdido o tempo histórico de usufruir de suas colônias para a formação de coleções e museus. Essa “tendência” chegou em períodos posteriores aos processos de independência.

Ainda que no período da pesquisa de campo o debate sobre museus, pós-colonialismo, descolonização e decolonialidade tenha se tornado crescente (Montechiare, 2020), essa afirmação não passava por qualquer ressalva por parte dos meus interlocutores em campo. Mesmo em Barcelona, onde a crítica à abordagem do MEB reinaugurado promoveu debates sobre a origem e a pertinência das coleções, era sua exibição presente o cerne da questão. Em Madri, havia certo constrangimento com a acusação velada de “museu colonial” por parte de uma fatia do público visitante, embora a solução passasse pela substituição de algumas peças em exibição, e não pelo debate público sobre o tema (Montechiare, 2017).

Há ainda particularidades na tradição antropológica espanhola diante de seus vizinhos europeus, justificada em parte pelo período de controle da formação dos intelectuais exercido durante o franquismo. Exilados no México e nos Estados Unidos, os antropólogos deixaram de formar quadros na Espanha. Esse movimento coincide ainda com as décadas de consolidação

da etnografia como método e da antropologia como disciplina acadêmica na Europa a partir dos anos 1930. Enquanto a Europa saía para pesquisas de campo nas colônias, os espanhóis permaneceram retidos pela Guerra Civil e pelo regime que se instalou pós 1939.

Outro atributo dessa percepção de fracasso dos museus “de culturas” espanhóis, presente nos comentários de funcionários de museus tanto em Madri quanto em Barcelona, relaciona-se com o ressentimento pela falta de clareza por parte dos administradores públicos sobre o papel da antropologia e de suas contribuições para a sociedade. Concluía que a escassez de recursos e investimentos públicos eram sintomas da incompreensão da importância histórica dos estudos antropológicos para o desenvolvimento da ciência, além de seu potencial articulador e mediador de problemas sociais contemporâneos, especialmente relacionados aos imigrantes. Em Barcelona, especialmente, esse argumento apareceu nas entrevistas realizadas com dirigentes dos museus e do setor cultural. Algo como se a antropologia espanhola tivesse permanecido estritamente acadêmica e com pouca interlocução para subsidiar a crítica social, a gestão pública e as decisões políticas.

Em seus estudos, Christina Rubim (2018) encontra semelhantes ponderações a respeito do suposto fracasso da antropologia acadêmica local:

O nacionalismo espanhol possui a singularidade de ter o catolicismo conservador como base cultural, afirma sua história oficial, e a antropologia, como uma percepção plural do mundo, foi quase sempre vista como um campo considerado marginal por alguns antropólogos nativos e também estrangeiros. A antropologia como disciplina acadêmica, segundo os professores com quem conversei, foi de difícil consolidação institucional no país, pela falta de uma demanda do mundo do trabalho (Rubim, 2018, p. 78).

Rubim entrevistou cerca de quarenta antropólogos e antropólogas em diferentes partes do país, investigando a suposta inexistência da antropologia espanhola. Verificou que, de fato, parece haver um entendimento de que a disciplina ali concebida difere em grande medida daquela produzida em outras partes da Europa e que se tornou invisibilizada por pressupostos variados, que passam pela ênfase em elementos regionais ou localizados em períodos específicos. Contudo a autora consolidou três grandes justificativas apontadas como originárias dessa percepção tanto interna quanto externa à Espanha.

A primeira delas, assim como pude verificar em campo em relação aos museus antropológicos, trata da dimensão colonial e a importância que teve para as demais metrópoles europeias:

Como bien saben, la antropología surge en el último cerco del siglo XIX y nasce con una dimensión colonial. España iba en dirección exactamente contraria a la dirección

de buena parte del mundo, y muy concretamente, de Inglaterra. España es el único país que en el siglo XIX no aumenta su imperio y si que lo pierde, desde el 1820 que pierde toda la América y los años 1890 que pierde el resto. Es un país en declive en un aspecto fundamental que es la dimensión imperial (Enrique Luque Baena, 2018, p. 201)¹⁷.

Desse modo, o espaço geográfico de realização de pesquisas de campo por europeus nas primeiras décadas do século XX se deu efetivamente nas regiões colonizadas. O deslocamento a um território “exótico”, sem paralelo com o modo de vida experimentado pelos habitantes da metrópole, concebeu o método etnográfico identificador da disciplina. No argumento dos antropólogos espanhóis, sem colônias não poderia haver antropologia nos termos de seus pares.

O segundo argumento identificado por Rubim trata de um tema que acomete boa parte dos pesquisadores estrangeiros que se dedica a estudar a Espanha: a *leyenda negra*. Algo como uma “má fama” que perseguiria a Espanha e os espanhóis em diferentes âmbitos, a *leyenda negra* teria sacrificado mais uma reputação ao associar-se à antropologia.

Rubim (2018) recupera as origens dessa mácula no livro *La Leyenda Negra de España*, de Julián Juderías (1914), em que são explicitadas infâmias, injúrias, exageros e equívocos interpretativos relativos ao comportamento de cidadãos espanhóis em ocasiões que vão desde reprimendas individuais até a suposta incapacidade de progresso político do país.

[...] En una palabra, entendemos por leyenda negra, la leyenda de la España inquisitorial, ignorante, fanática, incapaz de figurar entre los pueblos cultos lo mismo ahora que antes, dispuesta siempre a las represiones violentas, enemigas del progreso y de las innovaciones, o, en otros términos, la leyenda que habiendo empezado a difundirse en el siglo XVI, a la raíz de la Reforma, no ha dejado de utilizarse en contra nuestra desde entonces, más especialmente en momentos críticos de nuestra vida social. (Juderías *apud* Rubin, 2018, p. 159).

Nessa chave, a *leyenda negra* teria exercido poder de propaganda contrária, feita por estrangeiros (Rubim, 2018), subjugando os espanhóis por sua origem rural pouco industrializada e sua baixa escolaridade, quando comparados aos vizinhos europeus em períodos equivalentes. Considerar precária ou pouco desenvolvida a antropologia espanhola, portanto, faria parte do preconceito que se formou entre estrangeiros contra o que é espanhol.

Por último, os efeitos dos períodos repressivos e de turbulência política são também apontados como fatores de grande influência, se não o maior deles, no que se refere à incapacidade de formação de antropólogos e de consolidação institucional da antropologia. Rubim (2018)

¹⁷ Depoimento do antropólogo Enrique Luque Baena, da *Universidad Autónoma de Madrid*, a Christina Rubim em 2009.

enumera a mesma sequência de fatos históricos antes comentada: ditadura de Miguel Primo de Rivera; Segunda República; Guerra Civil; e ditadura do general Francisco Franco. De fato, os sucessivos eventos, atravessados inclusive pela conjuntura internacional de duas guerras mundiais e pela Guerra Fria, aparecem na pesquisa de Rubim como obstáculos inevitáveis a limitar intelectuais e instituições.

A conturbada primeira metade do século XX na Espanha resultou na conformação de certa antropologia que, por sua vez, torna-se visível à sociedade por meio de seus museus. A criação de novas instituições manifesta as escolhas científicas, mas também políticas do período. É o caso do já citado MEB, mas também do MNA, efetivamente inaugurado em 1941, nos primeiros anos do regime franquista. Acompanhando Christina Rubim (2018), a relação intrínseca entre o universo acadêmico e o político na Espanha produzem sentidos e legitimam interpretações. Portanto, olhar para os museus dedicados à antropologia e seus modos de exibir as coleções é uma forma de conhecer a aplicação prática da fusão conceitual e política em um século da ciência no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos construídos pelos museus por meio dos objetos compõem ideias que são acionadas para contar determinadas histórias, recuperar memórias, celebrar heróis e conquistas, lamentar perdas. Como se os objetos fossem capazes de testemunhar sobre os acontecimentos que os envolvem (Gonçalves, 2002). Ainda que a forma de contar as histórias mude de tempos em tempos, em grande parte os objetos permanecem os mesmos. Rearranjados, servem a outras narrativas.

A trajetória de constituição, apropriação e desenvolvimento dos museus de antropologia na Espanha acompanhou as condições políticas e sociais enfrentadas por intelectuais posicionados em campos dicotômicos. Exilados, destituídos, deslegitimados, alguns posteriormente reconduzidos, percorreram caminhos que conduziam, na mesma medida, a ciência à qual se dedicavam. Sua capacidade de articulação local dentro e fora da universidade possibilitou a institucionalização da antropologia, ou o princípio do que ela se tornaria. A história da disciplina antropológica e seus museus na Espanha, portanto, se mistura com o turbulento contexto da virada do século XIX para o XX no país.

Pouco a pouco, a etnografia realizada demonstrou que as concepções do que, afinal, seria

a antropologia – e também seus métodos, referências intelectuais, ferramentas de investigação e análises – depende da apropriação local. Esta, por sua vez, parece conduzir a abordagem dos pesquisadores, suas escolhas temáticas, seus intercâmbios e caminhos de superação de fronteiras disciplinares.

Sendo seus museus algumas das dimensões possíveis para compreender a antropologia produzida na Espanha entre meados do século XIX e do século XX, suas singularidades se tornam expressivas: evidenciam-se a cada expografia apresentada ao público visitante. Trata-se de um caminho de institucionalização relacionado, embora independente das primeiras cátedras universitárias e dos atuais programas de pós-graduação. Ainda que transformadas as relações, mesmo hoje seus museus funcionam como espaços de experimentação conceitual e formação de novos pesquisadores.

A apropriação local do movimento conceitual e acadêmico da antropologia na Espanha acontece a partir de questões políticas e sociais bastante particulares. As memórias dos antropólogos e antropólogas sobre sua trajetória e a de seus mestres aponta na direção de uma formação influenciada pelo contexto político nacional. Por razões distintas, sua transformação disciplinar coincide com o impulso mais amplo e conjuntural de rearranjo dos vínculos entre antropologia, museus e cultura material nos países hegemônicos. E em seus próprios termos, os espanhóis moldam um campo de conhecimento em contínua construção.

REFERÊNCIAS

1. BARAÑANO, Ascención; CÁTEDRA, Maria. La representación del poder y el poder de la representación: la política cultural en los museos de antropología y la creación del Museo del Traje. **Revista Política y Sociedad, Madrid**, v. 2, n. 3, p. 227-250, 2005.
2. BENJAMIN, Thomas. Language of colonization, empire, liberty and decolonization. *In*: BENJAMIN, Thomas (ed.). **Encyclopedia of Western Colonialism since 1450**. Farmington Hills: Thomsom Gale, 2007. v. 1. p. A-E.
3. BENNETT, Tony. **The birth of museums: history, theory, politics**. London: Routledge, 1995.
4. BLEICHMAR, Daniela. A botanical reconquista. *In*: BLEICHMAR, Daniela. **Visible empire: botanical expeditions and visual culture in Hispanic Enlightenment**. Chicago, London: The University Chicago Press, 2012. p. 17-42.
5. BOLAÑOS, Maria. La hora del entusiasmo: los museos españoles en las últimas décadas del siglo XX. **Fórum Permanente**, São Paulo, fev. 2005. Disponível em: <http://www>.

- forumpermanente.org/revista/edicao-0/textos/la-hora-del-entusiasmo. Acesso em: 03 mar. 2023.
6. CALVO I CALVO, Luis. **El Arxiu d’Etnografia i Folklore de catalunya y la antropologia catalana**. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.
 7. DIAS, Nélia. Looking at objects: memory, knowledge in nineteenth-century ethnography displays. *In*: ROBERTSON, George. **Tales of displacement: narratives of home and displacement**. London: Routledge, 1994. p. 162-174.
 8. FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro emergente. *In*: FABIAN, Johannes . **O Tempo e o Outro** – como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 39-70.
 9. FORNÉS, Josep et al. **El Museo Etnológico de Barcelona y sus colecciones americanas**. Artigrama, Zaragoza, n. 24, p. 135-164, 2009.
 10. GIMÉNEZ ROLDÁN, Santiago. **El Doctor Velasco: leyenda y realidad en el Madrid decimonónico**. Madrid: Editorial Creación, 2012.
 11. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. *In*: LIPPI, Lucia (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 108-123.
 12. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
 13. HUERA, Carme. El Museu Etnològic de Barcelona. **Revista d’Etnologia de Catalunya**, Barcelona, n. 3, p.160-164, 1993.
 14. HUERA, Carme. El Museu Etnològic de Barcelona: formación, desarrollo y previsiones de futuro. **Anales del Museo Nacional de Antropología de Madrid**, Madrid, n. II, p. 151-164, 1995.
 15. INIESTA, Montserrat. Antropología, patrimonio y museos en Cataluña. **Anales del Museo Nacional de Antropología de Madrid**, Madrid, n. II, p. 139-150, 1995.
 16. KUPER, Adam (2008). **A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1877.
 17. L’ESTOILE, Benoît de. **Le goût des Autres**. De l’exposition colonial aux arts premiers. Paris: Flammarion, 2007.
 18. MINGOTE, José Luis. El Museo Nacional de Etnografía – Un camino a recorrer entre a esperanza y la realidad. **Museos.es – Revista de la Subdirección General de Museos Estatales**, Madrid, n. 5-6, p. 222-231, 2009.
 19. MONTECHIARE, Renata. **Museus em transformação: antropologia e descolonização nos museus de Madrid e Barcelona**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio

- de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://objdig.ufjf.br/34/teses/855493.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
20. MONTECHIARE, Renata. Colecionando arte e antropologia: controvérsia nos museus de Barcelona. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, p. 107-131, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xVFXS9LmTxMJCWv4jsb97sN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2024.
21. MONTECHIARE, Renata. Museus em tempos decoloniais: os museus comunitários do Rio de Janeiro em colaboração com o Museo Nacional de Antropología de Madrid. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32., ABA, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABA, 2020.
22. MUSEO NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA. **Imágenes de una exposición** – Filipinas em el parque de El Retiro, em 1887. Dossier de prensa. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España, 2017. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/dam/jcr:144e21bd-7426-4db8-8dd9-95edfc4a6893/dossier-de-prensa-exposici-n-im-genes-de-una-exposici-n--filpinas-en-el-parque-de-el-retiro--1887.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.
23. ORTIZ GARCÍA, Carmen. Els museus d’ultramar i colonials a Espanya. **Revista d’Etnologia de Catalunya**, Barcelona, n. 7, p. 20-29, 1995.
24. ORTIZ GARCÍA, Carmen; SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel (ed.). **Diccionario histórico de la antropología española**. Madri: Consejo Superior de Investigaciones científicas, Departamento de Antropología de España y América, 1994.
25. PEREZ DE BARRADAS, José. **El Instituto de Antropología y Etnología Bernardino de Sahagún**. Guía del Museo Etnológico. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Bernardino de Sahagún, 1947.
26. RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, fev. 2006. Disponível em: <https://rb.gy/psmstg>. Acesso em: 03 mar. 2023.
27. ROIGÉ, Xavier. Museos Etnológicos: entre la crisis y la redefinición. **Quaderns-e Institut Català d’Antropologia**, Barcelona, n. 9, 2007.
28. ROIGÉ, Xavier. Los museos etnológicos en Cataluña. Perspectivas, retos y debates. **Revista Andaluza de Antropología**, Sevilla, n. 9, p. 76-104, 2015. Disponível em: https://institucional.us.es/revistas/RAA/9/xavier_roige.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.
29. ROIGÉ, Xavier; ARRIETA, Iñaki. Construcción de identidades en los museos de Cataluña y País Vasco: entre lo local, nacional y global. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife, v. 8, n. 4, p. 539-553, 2010. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/8410/PS0410_09.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.
30. ROMERO DE TEJADA, Pilar. La antropología española y el Museo Nacional de Etnología (1875-1974). In: RIVERA, Miguel (coord.). **Antropología de España y América**. Madrid: Editorial Dosbe, 1977.

31. ROMERO DE TEJADA, Pilar. **Un templo a la ciencia** – Historia del Museo Nacional de Etnología. Madrid: Ministério de Cultura; Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1992.
32. ROMERO DE TEJADA, Pilar. La contribución socioeconómica de los sangleyes (chicos) en la Filipinas colonial. **Anales del Museo Nacional de Antropología**, Madrid, n. 13, p. 53-60-, 2007.
33. ROMERO DE TEJADA, Pilar. Lo inmaterial del arte y las artesanías. Los tejidos em las Islas Filipinas. **Anales del Museo Nacional de Antropología**, Madrid, n. 14, p. 45-55, 2012.
34. RUBIM, Christina de Rezende. **A questão nacional e a antropologia espanhola**. Curitiba: Editora Appris, 2018.
35. SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel. La Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria (1921-1951). **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, Madri, Tomo XLV, p. 61-87, 1990.
36. SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel. La antropología al servicio del Estado: el Instituto Bernardino de Sahagún del CSIC (1941-1970). **RDTP**, Madri, n. XI, v. VIII, p. 29-44, 1992.
37. SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel. El Museo Antropológico del Doctor Velasco (anatomía de una obsesión). **Anales del Museo Nacional de Antropología**, Madrid, v. XVI, p. 265-297, 2014. Disponível em: https://www.libreria.cultura.gob.es/libro/el-museo-antropologico-del-doctor-velasco-anatomia-de-una-obsesion_2905/. Acesso em: 27 mar 2024.
38. SANTAMARINA, Beatriz et al. Patrimonio etnológico e identidades en España: un estudio comparativo a través de la legislación. **Revista de Antropología Experimental**, Barcelona, n. 8, p. 207-223, 2008.
39. SCHILLER, Francis. **Paul Broca** – founder of French anthropology, explorer of the brain. Los Angeles: University of California Press, 1979.
40. SERRA, Maria de Lluç. Etnologia i museologia – els museus etnològics als anys quaranta. **Revista d’Etnologia de Catalunya**, Barcelona, n. 37, p. 142-144, 2010. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/RevistaEtnologia/article/view/259352>. Acesso em: 27 mar 2024.
41. STOCKING JR., George. **Franz Boas** – A formação da antropologia americana, 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.

Renata Montechiare

Coordenadora do Programa Estudos e Políticas de Cultura e Diversidade na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Sede Brasil. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-5843>. E-mail: rmontechiare@gmail.com